

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 5.986, DE 2016

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer fraldas descartáveis para os idosos e pessoas com deficiência, com comprovada indicação de uso contínuo.

Autor: Deputado MARX BELTRÃO

Relator: Deputado EROS BIONDINI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.986, de 2016, do ilustre Deputado Marx Beltrão, destina-se a obrigar o Poder Público a fornecer fraldas descartáveis para os idosos e pessoas com deficiência, com comprovada indicação médica de uso contínuo.

Segundo a proposição, o fornecimento das fraldas descartáveis ficará condicionado à comprovação das necessidades do paciente, por laudo médico circunstanciado, pelas autoridades competentes.

O autor destacou a importância de seu projeto para promoção da saúde dos idosos e das pessoas com deficiência.

A proposição foi distribuída para a apreciação conclusiva das Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD); Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO); Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cabendo às duas primeiras a análise do mérito.

A matéria foi aprovada na CPD em dezembro de 2016 e, então, encaminhada para esta CIDOSO, onde não recebeu emendas no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto em análise é meritório, pois aborda tema importante para os idosos e as pessoas com deficiência, que fazem uso contínuo de fraldas geriátricas.

Inclusive, como bem destacou o parecer da CPD, tramita nessa Casa outra proposição, com objetivo similar, o Projeto de Lei nº 328, de 2011, de autoria do Deputado Hugo Leal, o qual foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) em maio de 2015 e pela CPD em agosto daquele ano. Tal matéria encontra-se em apreciação pela CFT desde então, sem que se tenha apresentado um parecer.

A respeito da proposição em análise, são inegáveis os danos relacionados à não distribuição de fraldas geriátricas a esse grupo de pessoas, afetando a dignidade da pessoa humana e o direito à saúde. No caso particular das pessoas idosas, a distribuição das fraldas possibilitará uma maior participação nas atividades cotidianas e consequente melhoria na qualidade de vida.

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 5.986, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado EROS BIONDINI
Relator